



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, distribuição e transmissão de energia.

Na Itapebi, foram investidos R\$ 2,5 milhões na recuperação dos taludes e encostas da usina, modernização das estações de operação e georreferenciamento da Área de Preservação Permanente (APP), dentre outros.

Na linha da inovação com sustentabilidade, em 2013 a Itapebi investiu R\$ 2,9 milhões no desenvolvimento de 11 Projetos de P&D, dentre os quais destacamos o projeto de Desenvolvimento de um veículo aéreo autônomo não tripulado (Vaant) para multi-inspeção. Em 2013 a companhia passou por uma mudança de sua base acionária, onde as participações de PREVI, Banco do Brasil Investimentos e Iberdrola foram vendidas para a Termopernambuco, empresa controlada pela Neoenergia. Esse processo foi concluído em fevereiro de 2014 quando a composição acionária da companhia ficou 42% Neoenergia e 58% Termopernambuco. O EBITDA da Companhia em 2013 foi de R\$ 232,4 milhões e o lucro líquido de R\$ 146,3 milhões. Ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País, parte integrante de um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a Itapebi está preparada para prosseguir gerando energia com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

O crescimento da economia brasileira em 2013 apresentou uma evolução em relação ao ano de 2012 de 2,3%. Em relação aos principais indicadores econômicos do Brasil, o PIB cresceu abaixo dos países da América Latina e a inflação tem tendência de crescimento. Na região Nordeste, que concentra maior parte dos ativos do Grupo Neoenergia, o ritmo de atividade foi freado devido aos efeitos da seca sobre a renda agrícola e o moderado avanço do setor industrial. Apesar destes fatos, a Região Nordeste ainda deve seguir com um crescimento no PIB acima das outras regiões do Brasil, mantendo a trajetória que ocorreu em 2012. Os índices que influenciam no reajuste das tarifas e custos do setor elétrico são importantes e constantemente monitorados pelo o Grupo Neoenergia. O IPCA sofreu um aumento em 2013 onde o acumulado atingiu 5,91% em comparação com o registrado em 2012 que registrou 5,84%. Por outro lado o IGP-M sofreu uma redução de 2,31 p.p. passando de 7,82% a.a em 2012 para 5,51% a.a em 2013.

2. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Itapebi Geração de Energia S.A. (Itapebi ou Companhia) é uma companhia de capital aberto, constituída em fevereiro de 1998 com o objetivo de construir e operar a UHE Itapebi, localizada no Rio Quilinhonha, município de Itapebi, nas divisas dos estados da Bahia e Minas Gerais. Em janeiro de 1999, as ações da Companhia foram transferidas da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba para a Neoenergia, tendo a sua razão social alterada para Itapebi Geração de Energia S.A. No mesmo ano, Iberdrola e o BB Banco de Investimentos (BB BI) passaram a ser acionistas da Companhia e em fevereiro de 2000, a 521 Participações. Em fevereiro de 2003, a Usina entrou em operação, com três unidades geradoras e atualmente a capacidade instalada é de 462,011 MW, conforme Despacho Aneel nº 3.095 de 4 de outubro de 2012.

Em decorrência da reestruturação das participações societárias da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, em 31/05/2011 a 521 Participações deixou de ser acionista direta da Itapebi e suas ações foram transferidas para o Fundo de Investimentos em Ações - BB Carteira Livre I. Em 03 de setembro de 2013, a ANEEL anuiu a proposta da Itapebi de alteração de seu Estatuto Social para redução de capital em até R\$ 80 milhões, conforme deliberado em Ata da Assembleia Geral em 17 de setembro de 2013, fato que ocorreu em novembro de 2013.

Em dezembro, a o BB Carteira Livre transferiu suas ações para a PREVI e no mesmo mês, foi iniciado o processo de venda da participação da PREVI, BB BI e Iberdrola para a Termopernambuco, que foi finalizado em fevereiro de 2014. Atualmente, a base acionária da Companhia é composta pela Neoenergia S.A. (42,0%) e Termopernambuco S.A. (58%), conforme anuência da Aneel em 19 de novembro de 2013 e fato relevante publicado pela Companhia em 12 de fevereiro de 2014.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia seguem as diretrizes recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) para assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram a *holding* e a unificação de processos, com ganhos de escala.

A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração e Diretoria, com o apoio dos comitês instalados apenas na *holding*, todos contribuem para as deliberações e tomadas de decisão. Ressalta-se que a Diretoria das empresas Controladas pela Neoenergia está estruturada de forma matricial na qual os Diretores estatutários da *holding* também são diretores de todas as Controladas da Neoenergia. O Acordo de Acionistas da Neoenergia orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2013 podemos destacar algumas questões importantes que ocorreram no setor elétrico: Medida Provisória 579, alteração na metodologia de cálculo das tarifas de transmissão (TUST), Resolução CNPE 03/13, nível de armazenamento dos reservatórios, e Portaria MME 455/12, e aprovação da metodologia aplicável ao 3º ciclo de revisão periódica das RAPs das concessionárias de serviço público de transmissão.

A Medida Provisória 579 foi editada em 11/09/2012 e transformada na Lei 12.783 em 11/01/2013, tendo como objetivos a desoneração dos encargos setoriais e a renovação das concessões vindentas de geração, transmissão e distribuição, resultando na redução da tarifa de energia elétrica para o consumidor final. Apenas as concessões outorgadas antes da Lei nº 8.987/95 foram impactadas por esta nova regulamentação.

As empresas de geração do grupo Neoenergia não foram diretamente afetadas pela MP 579, visto que suas concessões foram outorgadas após a publicação da Lei nº 8.987/95. No entanto, a renovação das concessões das empresas de transmissão proporcionou a redução da tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST do nível tarifário da transmissão, o que representou um ganho para as empresas de geração.

A Resolução Normativa nº 117/04 estabeleceu o valor da TUST dos agentes de geração no período de 01/07/2005 a 30/06/2013, prevendo o seu recálculo a partir de 01/07/2013, quando a ANEEL poderia rever a metodologia de cálculo da TUST. Nesse sentido, a Resolução Normativa nº 559/13 determinou uma alteração na metodologia de cálculo da tarifa de transmissão. Os valores de TUST vigentes a partir de 01/07/2013 foram calculados a partir do valor médio da TUST projetada para os próximos 10 anos, de modo a refletir o custo de ampliação da rede de transmissão. O novo regulamento visa reduzir as incertezas dos agentes em relação a variação anual da TUST ao longo do tempo.

A aplicação da nova metodologia, combinada com o recálculo da TUST a partir de 01/07/2013, propiciou uma redução de custos adicional para as empresas de geração da Neoenergia.

Outra alteração regulatória importante durante o ano de 2013 foi a edição da Resolução nº 3/2013 pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. A referida Resolução alterou a forma de rateio do custo dos Encargos de Serviço do Sistema - ESS por Segurança Energética, necessários para manutenção da segurança do Sistema Interligado Nacional - SIN em períodos de recessão hidrológica. Nestes períodos, torna-se necessário o acionamento de usinas térmicas em patamares superiores aos estabelecidos pelos estudos energéticos realizados pelo ONS, com o objetivo de evitar a redução acentuada do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Tal alteração teve impacto direto sobre as empresas de geração do grupo Neoenergia, que ficaram sujeitas ao pagamento de um custo elevado e não previsto. Para contornar esse problema, o grupo Neoenergia, por meio das associações de classe do setor elétrico, impetrou uma ação judicial para suspender os efeitos da Resolução CNPE 03/13. Tal ação permitiu que uma liminar judicial suspendesse a cobrança dos encargos apurados para as empresas de geração associadas (incluindo as geradoras do grupo), até que o mérito da questão seja apreciado pela justiça.

Como consequência do período hidrológico desfavorável verificado durante os anos de 2012 e 2013, os reservatórios das usinas hidrelétricas atingiram o nível mais baixo em uma década. Tal situação levou o Operador Nacional do Sistema a elevar o nível de despacho das usinas térmicas. Essa situação, além de acarretar em pagamento de ESS para os agentes, elevou o valor do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, referência para a negociação de energia no mercado de curto prazo.

Mais uma alteração regulatória foi a publicação da Portaria 455/12 pelo Ministério de Minas e Energia - MME. A referida Portaria altera a sistemática de registro de contratos de compra e venda de energia, que deixa de ser realizada após o fechamento do mês em curso (ex-post) e passa a ser realizada ao final de cada semana de negociação (ex-ante). Os agentes do mercado, especialmente os comercializadores de energia, se assustaram com as mudanças não previstas.

A Portaria MME 455/12 possui pouca influência sobre a forma de comercialização da energia produzida pelos empreendimentos de geração do grupo Neoenergia. Estes empreendimentos possuem contratos firmados na modalidade bilateral ou por meio de CCEARs, onde o registro do contrato já foi estabelecido por todo o seu prazo de vigência.

12. BALANÇOS SOCIAIS – INFORMAÇÃO ADICIONAL (não auditado) - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

1 - BASE DE CÁLCULO		2013 (R\$ mil)		2012 (R\$ mil)					
Receita Líquida (RL)		331.920		317.937					
Resultado Operacional (RO)		218.781		192.759					
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		16.114		14.643					
Valor Adicionado Total (VAT)		276.247		278.067					
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)		RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação		745	4,62	0,22	0,27	733	5,01	0,23	0,26
Encargos sociais compulsórios		-	-	-	-	3.832	26,17	1,21	1,38
Previdência privada		852	5,28	0,26	0,31	846	5,78	0,27	0,30
Saúde		952	5,91	0,29	0,34	1.003	6,85	0,32	0,36
Segurança e saúde no trabalho		43	0,27	0,01	0,02	50	0,34	0,02	0,02
Capacitação e desenvolvimento profissional		1.145	7,10	0,34	0,41	1.143	7,80	0,36	0,41
Creches ou auxílio-creche		38	0,23	0,01	0,01	41	0,28	0,01	0,01
Transporte		358	2,22	0,11	0,13	288	1,97	0,09	0,10
Participação nos lucros ou resultados		777	4,82	0,23	0,28	1.715	11,71	0,54	0,62
Outros		-	-	-	-	77	0,52	0,02	0,03
Total - Indicadores sociais internos		4.908	30,46	1,48	1,78	9.728	66,44	3,06	3,50
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Cultura		-	-	-	-	717	0,37	0,23	0,26
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico		3.319	1,52	1,00	1,20	3.450	1,79	1,08	1,24
Total das Contribuições para a Sociedade		3.319	1,52	1,00	1,20	4.167	2,16	1,31	1,50
Tributos (Exceto Encargos Sociais)		78.815	36,02	23,75	28,53	42.531	22,06	13,38	15,30
Total - Indicadores sociais externos		82.134	37,54	24,75	29,73	46.698	24,23	14,69	16,79
4 - INDICADORES AMBIENTAIS		RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	RS mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre RL
Investimentos relacionados com a operação da empresa		1.353	0,62	0,41	0,49	1.157	0,60	0,36	0,42
Investimento em programas e/ou projetos externos		-	-	-	-	45	0,02	0,01	0,02
Total dos investimentos em meio ambiente		1.353	0,62	0,41	0,49	1.202	0,62	0,38	0,43
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade		-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos e contingências ambientais		9.616	-	-	-	-	-	-	-

Para as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, uma questão importante, foi a aprovação, através da publicação das Resoluções nº 490/12 e 553/13, que aprovaram, pela ANEEL, os Submódulos 9.2 e 9.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, respectivamente, o quais definem a metodologia e os critérios gerais aplicáveis ao processo de revisão periódica das Receitas Anuais Permitidas das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.

5. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

Em 2013 foi gerado o montante de 754.256,88 MWh, o qual representou 40,18% da energia assegurada. O fator de carga médio da Usina foi de 19,08%, produzindo 88,19 MW médios. O reduzido valor de energia gerada em 2013 tem como motivo os baixos índices de chuvas registrados nas regiões norte de Minas e sul da Bahia. A diferença entre a energia assegurada e a energia gerada é coberta pelo mecanismo de realocação de energia (MRE), em que participam os geradores hidráulicos do país, resultando assim na maximização da utilização dos recursos hídricos. O índice de disponibilidade da Usina em 2013 foi de 95,71% e o índice de confiabilidade foi de 99,91%. Em fevereiro de 2013, foi emitida pelo IBAMA a renovação da Licença de Operação do Empreendimento com vigência até 2019.

Nos meses de setembro e outubro foram realizadas as Manutenções Programadas nos Geradores 01, 02 e 03 conforme Plano de Manutenção Preventiva a fim de manter o ótimo desempenho na planta. As atividades de Manutenções de 2013 tiveram como destaque: Recuperação comportas de emergência 01, 02 e 03 que vinham apresentando problemas de operação; Identificação e correção de problemas nos mancais de escora das 03 unidades geradoras. Em maio foram realizados os testes bem sucedidos de Black Start (processo de autoreestabelecimento) com a presença de um representante do ONS. Em agosto foi registrado Blackout no Sistema Nordeste. A Usina de Itapebi entrou em operação em Black Start com 2 Unidades Geradoras. Ainda neste ano a Itapebi executou serviços de reparos e melhorias nos taludes da estrada de acesso à usina, nos taludes da guarita e na subestação da usina. Os serviços compreenderam atividades de máquinas de terraplenagem, reconstituição de cobertura vegetal, instalação de canaletas e drenos que servirão para garantir a estabilidade destas estruturas. Foram realizadas também atividades de recuperação de 2 taludes na margem do reservatório em atendimento à solicitação do Órgão Ambiental.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-Financeiros	2012 Reapresentado	2013	Varição 2013/2012
Receita Operacional Bruta (R\$ Mil)	333.897	348.138	4,3%
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	317.936	331.920	4,4%
EBITDA (R\$ Mil)	233.589	232.444	(0,5%)
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ Mil)	223.755	218.781	(2,2%)
Resultado Financeiro (R\$ Mil) - Exceto JSCP	(8.261)	(6.558)	20,6%
Lucro Líquido (R\$ Mil)	185.744	146.307	(21,2%)
Ativo Total (R\$ Mil)	702.512	626.082	(10,9%)
Investimentos (R\$ Mil)	8.110	2.551	(68,5%)
Dívida Bruta (R\$ Mil)	202.313	203.601	0,6%
Dívida Líquida (R\$ Mil) *	25.326	122.008	381,7%
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	398.515	310.430	(22,1%)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	73,47%	70,03%	(3,4) p.p.
Margem EBIT	70,38%	65,91%	(4,5) p.p.
Margem Líquida	58,42%	44,08%	(14,3) p.p.
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	(28,28)	(35,44)	(25,4%)
Dívida Líquida/EBITDA**	0,11	0,52	6,17%
Índice de Endividamento Líquido	5,98%	28,21%	(22,2) p.p.
Ações			
Valor Patrimonial da Ação (R\$ lote de mil ações)	3,80	12,42	327,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R\$)	1,77	0,01	0,6%
Distribuição de Dividendos e JSCP (R\$ Milhões)	149,21	146,44	98,1%

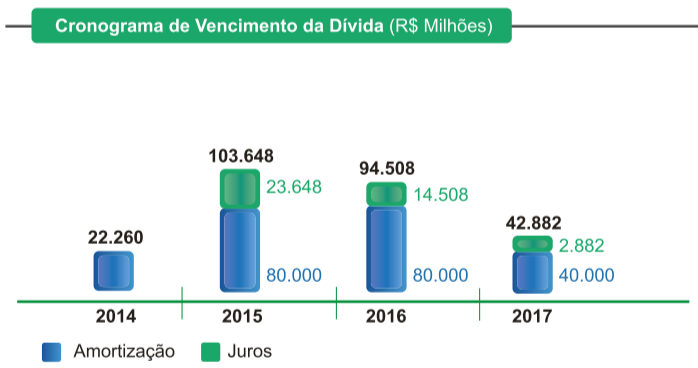
* Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
** EBITDA 12 meses
p.p - pontos percentuais

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	2012 Reapresentado	2013	Varição
Lucro Líquido	185.744	146.307	(21,2%)
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	28.351	64.704	128,2%
Amortização de Agio e Reversal PMIPL	1.399	1.212	(13,4%)
Receita Financeira	(13.478)	(15.683)	16,4%
Despesa Financeira	21.739	22.241	2,3%
Amortização/Depreciação	9.834	13.663	38,9%
EBITDA	233.589	232.444	(0,5%)

7. ENDIVIDAMENTO

7.1. PERFIL DA DÍVIDA
De acordo com sua Política Financeira, a Itapebi busca permanentemente o alongamento e diversificação dos instrumentos financeiros. Em dezembro de 2013, a Itapebi contava com 99% da dívida contabilizada no longo prazo e 1% no curto prazo. Em dezembro de 2013, a dívida bruta consolidada de Itapebi foi R\$ 204 milhões (dívida líquida R\$ 122 milhões). Esta dívida é resultado de uma captação ocorrida em 2011 no mercado de capitais nacional por meio da 3ª emissão de debêntures, com prazo de 6 anos sendo 4 anos de carência para amortização do principal, com juros pagos semestralmente e custo de 111% do CDI. Este recurso teve como finalidade pré-pagamento do total do financiamento que a Companhia possuía com o BNDES e liberação para novos investimentos.



8. INVESTIMENTOS

A Itapebi investiu, em 2013, R\$ 2.551 mil em recuperação dos taludes e encostas da usina, modernização das estações de operação e georreferenciamento da Área de Preservação Permanente (APP), dentre outros. Também destinou R\$ 2.986 mil para Pesquisa e Desenvolvimento, dentre os quais destacamos o Desenvolvimento de um veículo aéreo autônomo não tripulado (Vaant) para multi-inspeção e o Desenvolvimento de módulo de secagem de transformadores energizados através de atmosfera de nitrogênio desidratado.

9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O Grupo Neoenergia reafirma constantemente seus compromissos socioambientais e seu respeito com o Meio Ambiente e o desenvolvimento Sustentável.

Sustentabilidade

Para o Grupo Neoenergia, sustentabilidade, além de ser valor, é um atributo que faz parte de sua essência, que norteia seus negócios, suas atitudes, sua missão: ser a energia que movimenta e ilumina a vida das pessoas. No Brasil, 91% da energia elétrica são provenientes de usinas hidrelétricas, que estão entre as fontes mais limpas de geração de energia. Podemos dizer que o Brasil rumo para a liderança global em termos de energias limpas e que, neste contexto, o Grupo Neoenergia dá uma importante parcela de contribuição. Até 2019, seus empreendimentos serão responsáveis pela geração de 2,5% da energia do Brasil, tornando um "player" de destaque na geração de energia de fonte renovável.

Compromisso socioambiental

A preservação ambiental direciona a atuação do Grupo Neoenergia desde o planejamento de investimentos, obras e a execução dos projetos, incluindo a operação de seus diferentes negócios e a manutenção dos equipamentos. Todas as atividades são realizadas com respeito à legislação e de forma alinhada ao que determina o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), adotado desde 2005. Pautado na busca pela excelência, o SGA integra várias ações empresariais a práticas socioambientais responsáveis, gerenciando o controle das licenças e condicionantes e assegurando a implantação de medidas mitigadoras e/ou compensatórias.

Inovação e Diversificação da Matriz

Com investimentos de R\$ 1,2 bilhão, a Força Eólica do Brasil, joint venture entre Neoenergia e Iberdrola, concluiu, em outubro de 2013, a construção do último de seus 10 parques eólicos na região Nordeste do Brasil. Juntos, estes parques têm capacidade instalada de 288MW, o suficiente para atender a 767 mil habitantes. A Neoenergia investe, também, na geração de energia solar. Depois de inaugurar a primeira usina de geração solar fotovoltaica da América Latina em um estádio de futebol (Pituaçu), em Salvador, na Bahia, o grupo inaugurou, dentro da Itaipava Arena Pernambuco, um dos estádios-sede da Copa 2014, a Usina Solar São Lourenço da Mata, que tem potência instalada de 1 megawatt pico, equivalente ao consumo de seis mil habitantes. Na Ilha de Fernando de Noronha o grupo também está construindo duas usinas com parcerias distintas, que juntas terão 1000 kWp de potência instalada.

Economia e redução de emissões de CO²

O Grupo Neoenergia controla as empresas distribuidoras de energia elétrica em três importantes estados da região Nordeste: Coelba, na Bahia, Celpe, em Pernambuco, e Cosern, no Rio Grande do Norte. Mais da metade dos clientes das distribuidoras é baixa renda e, por esta razão, desde 1998 a Neoenergia investe cerca de R\$ 413 milhões em programas de eficiência energética, com o objetivo de adequar o consumo desses clientes a sua capacidade de pagamento. Por meio do Programa Nova Geladeira, 246 mil geladeiras velhas e ineficientes foram substituídas por geladeiras novas e mais econômicas, com Selo Procel de eficiência energética. A iniciativa proporciona uma economia 256,9 GWh/ano em energia, o equivalente à geração de uma hidrelétrica de 53,3 MW. A geladeira velha é reciclada, a sucata é vendida e o dinheiro arrecadado é destinado a outros projetos realizados pelo Grupo Neoenergia, como, o Vale Luz, que dá descontos na conta de energia aos clientes que doam lixo reciclável.

Restauração da Mata Atlântica

O Grupo Neoenergia ainda é signatário do Pacto para a Restauração da Mata Atlântica, por meio do Energia Verde. Iniciado em 2009, o programa concede descontos para quem troca eletrodomésticos antigos por novos, com Selo Procel A de economia de energia. Em 2013, foram recuperados 121 hectares por meio do plantio de 156.863 mudas de diferentes espécies de Mata Atlântica.

Educação, Cidadania e Desenvolvimento

Acreditando na educação como um agente de transformação da sociedade, o Grupo mantém uma consolidada parceria com o Instituto Ayrton Senna desde 2006 para estimular ações de melhoria do desempenho de alunos da rede pública de ensino. As iniciativas atendem a escolas públicas dos Estados da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte e já beneficiaram mais de 19 mil crianças e 350 educadores nos três estados. O Grupo também apóia, por meio de suas distribuidoras, iniciativas como Júnior Achievement (de empreendedorismo), contribuindo com a formação de mais de 9 mil alunos dos ensinos médio e fundamental. Por meio da Lei Rouanet, o Grupo Neoenergia também apoiou o projeto "Amigos do Bolshoi", cujo objetivo era realizar a inclusão cultural de três jovens de baixa renda de Salvador. Ainda na linha das leis de incentivo, o Grupo concluiu o projeto Vila da Rainha, para resgatar traços arqueológicos na região de suas pequenas centrais hidrelétricas, situadas entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

Práticas de cumprimento do Pacto Global

A Neoenergia desenvolve ações alinhadas aos compromissos voluntários assumidos em agosto de 2007, quando aderiu aos dez princípios universais do Pacto Global das Nações Unidas nos temas Direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. A empresa também é signatária dos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que contribuem para a equidade e o desenvolvimento humano com ações que buscam a redução de males como a miséria, o preconceito racial, a mortalidade infantil por desnutrição e enfermidades e o analfabetismo.



BALANÇOS SOCIAIS – INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO) - PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:

(X) Não possui Metas () Cumpre de 0 a 50%

() Cumpre de 51 a 75% () Cumpre de 76 a 100%

(X) Não possui Metas () Cumpre de 0 a 50%

() Cumpre de 51 a 75% () Cumpre de 76 a 100%

	2013	2012
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		
Nº de empregados(as) ao final do período	82	77
Nº de admissões durante o período	26	32
Nº de desligamentos durante o período	10	17
Nº de estagiários(as) (1)	-	13
Nº de empregados acima de 45 anos	2	7
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:		
de 18 a 35 anos	82	89
de 36 a 60 anos	46	52
de 61 a 70 anos	36	37
de 71 a 80 anos	-	1
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:		
com ensino fundamental	82	90
com ensino médio	4	-
com ensino técnico	10	21
com ensino superior	2	4
pós-graduados	64	52
	2	13
	2013	2012
Nº de empregados por sexo:		
homens	-	-
mulheres	43	50
% de cargos de chefia por sexo:		
homens	56%	46%
mulheres	44%	54%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2	4
Remuneração bruta segregada por:		
Empregados	9.083	7.729
Administradores	237	868
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	48.178	31.388
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção	(X) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(X) não se envolve	() apoia
Contencioso Cível:		
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:		
Contingências e passivos trabalhistas:		
Número de processos trabalhistas:		
movidos contra a entidade	16	12
julgados procedentes	9	12
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	198	-
Valor Adicionado Total a Distribuir	276.247	278.067
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Ao Governo (%)	32,65%	19,56%
Aos Colaboradores (%)	5,83%	5,27%
Aos Acionistas (%)	52,96%	66,80%
A terceiros (%)	8,55%	8,38%

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Itapebi Geração de Energia S.A. - CNPJ nº 02.397.080/0001-96

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Notas	2013	2012	Notas	2013	2012
		(Reapresentado)			(Reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	4	81.262	Fornecedores	12	8.435
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	5	61.761	Debêntures	13	3.803
Títulos e valores mobiliários	6	34	Salários e encargos a pagar	14	3.016
Impostos e contribuições a recuperar	7	20.658	Taxas regulamentares	15	2.133
Despesas pagas antecipadamente		511	Impostos e contribuições a recolher	16	68.080
Outros ativos circulantes		289	Dividendos e juros sobre capital próprio	17	1.374
TOTAL DO CIRCULANTE		164.515	Provisões	18	12.192
			Partes relacionadas	23	-
			Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		1.670
			Outros passivos circulantes		173
			TOTAL DO CIRCULANTE		100.876
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Títulos e valores mobiliários	6	297	Debêntures	13	199.798
Impostos e contribuições a recuperar			Taxas regulamentares	15	1.980
Partes relacionadas	23	8.284	Provisões	18	948
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	6.789	Partes relacionadas	23	83
Depósitos judiciais	9	3.300	Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		11.883
Investimentos		2.043	Outros passivos não circulantes		84
Imobilizado	10	438.301	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		214.776
Intangível	11	2.553	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		461.567	Capital social		25.000
			Reservas de capital		80.174
			Reservas de lucro		160.192
			Proposta de distribuição de dividendos adicional		45.064
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		310.430
TOTAL DO ATIVO		626.082	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		626.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de Capital		Reservas de Lucros		Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal		
Saldos em 01 de janeiro de 2012	105.000	18.182	61.992	102.790	21.000	87.132	396.096
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	185.744	185.744
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	(87.132)	(87.132)
Destinações:							
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	36.535	-	(36.535)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(22.733)	(22.733)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(73.460)	(73.460)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(53.016)	(53.016)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	105.000	18.182	61.992	139.325	21.000	53.016	398.515
Redução de Capital	(80.000)	-	-	-	-	-	(80.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	146.307	146.307
Reserva de incentivos fiscal - SUDENE	-	-	-	(133)	-	133	(53.016)
Destinações:							
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(17.177)	(17.177)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(84.199)	(84.199)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(45.064)	(45.064)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	25.000	18.182	61.992	139.192	21.000	45.064	310.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2013	2012		2013	2012
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL			AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício (antes dos impostos)	212.223	215.494	Fornecedores	(5.637)	4.249
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA			Salários e encargos a pagar	235	810
ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			Encargos de dívidas e swap pagos	(16.414)	(20.190)
Depreciação e amortização	13.663	9.834	Taxas regulamentares	(1.208)	(1.367)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	19.347	19.550	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(31.630)	(13.636)
Valor residual do ativo intangível/imobilizado baixado	87	36	Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	4.615	13.569
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	(576)	(413)	Partes relacionadas	52	(2.345)
Outras provisões	65	-	Outros passivos	76	108
	244.809	244.501	CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(49.911)	(18.802)
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS			ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	161.487	228.952
Contas a receber de clientes e outros	(34.115)	7.661	Aquisição de investimentos	-	(525)
IR e CSLL a recuperar	(7.137)	(14.134)	Aquisição de imobilizado	(2.687)	(6.694)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	5.077	4.375	Aquisição de intangível	136	(1.110)
Depósitos judiciais	(755)	(12)	Aplicação (resgate) em títulos e valores mobiliários	4.290	2.982
Despesas pagas antecipadamente	(209)	(10)	GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.739	(5.347)
Partes relacionadas	3.760	5.337	ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Outros ativos	(32)	36	Aumento(Redução) de Capital	(80.000)	-
	(33.411)	3.253	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(174.330)	(166.736)
			UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(254.330)	(166.736)
			AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(91.104)	56.869
			Caixa e equivalentes no início do exercício	172.366	115.497
			Caixa e equivalentes no final do exercício	81.262	172.366
			VARIACÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(91.104)	56.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Notas	2013	2012
RECEITA LÍQUIDA	20	331.920	317.936
CUSTOS DOS SERVIÇOS	21	(87.950)	(73.042)
LUCRO BRUTO		243.970	244.894
Despesas gerais e administrativas	21	(25.189)	(21.139)
LUCRO OPERACIONAL		218.781	223.755
Receitas financeiras	22	15.683	13.478
Despesas financeiras	22	(22.241)	(21.739)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		212.223	215.494
Imposto de renda e contribuição social		(65.916)	(29.750)
Corrente		(65.779)	(63.905)
Diferido		1.075	(257)
Imposto de renda - SUDENE		-	35.811
Amortização ágio e reversão PMIPL		(1.212)	(1.399)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		146.307	185.744
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$		1,72	1,77

A companhia não possui outros resultados abrangentes

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2013	2012
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	348.138	333.897
Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	27	-
348.165	333.897	
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(30.515)	(13.941)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(28.235)	(33.504)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(15.188)	(12.029)
(73.938)	(59.474)	
Valor adicionado bruto	274.227	274.423
Depreciação e amortização	(13.663)	(9.834)
Valor adicionado líquido	260.564	264.589
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	15.683	13.478
Valor adicionado total a distribuir	15.683	13.478
Distribuição do valor adicionado	276.247	278.067
Pessoal		
Remunerações	7.732	6.400
Encargos sociais (exceto INSS)	919	655
Entidade de previdência privada	768	782
Auxílio alimentação	806	634
Convênio assistencial e outros benefícios	473	1.523
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	16
Provisão para férias e 13º salário	2.192	1.401
Plano de saúde	990	962
Indenizações trabalhistas	62	-
Participação nos resultados	777	1.715
Administradores	88	555
Outros	1.307	-
Subtotal	16.114	14.643
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	2.896	1.860
PIS/COFINS sobre faturamento	12.862	12.669
Imposto de renda e contribuição social	65.916	29.750
Obrigações intra-setoriais	8.137	9.893
Outros	397	210
Subtotal	90.208	54.382
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	22.241	21.739
Aluguéis	1.377	1.559
Subtotal	23.618	23.298
Remuneração de Capitais Próprios		
Juros sobre capital próprio	17.177	22.733
Dividendos distribuídos	-	73.460
Dividendos propostos	129.130	53.016
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	-	36.535
Subtotal	146.307	185.744
Valor adicionado distribuído	276.247	278.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A Companhia foi constituída através de Ata de Assembléa Geral Extraordinária de 21 de janeiro de 1999, com a denominação social de ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. (Itapebi ou Companhia). A ITAPEBI é uma empresa do Grupo Neoenergia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi, tendo firmado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público, em 28 de maio de 1999, para exploração da referida área. A Companhia iniciou as operações por intermédio do acionamento de sua 1ª turbina, no mês de fevereiro de 2003. No mês seguinte entrou em operação a 2ª turbina. Desde junho de 2003, com o acionamento da 3ª turbina, a Companhia passou a operar com o total de sua capacidade instalada, que é de 450 MW. A potência assegurada do aproveitamento hidrelétrico até então era de 419 MW correspondente à energia assegurada de 1.721.340 MW/ano. Em maio de 2006, a ANEEL emitiu Parecer Técnico, nº 363/2006, concluindo favoravelmente pela emissão de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 37/1999 ANEEL – AHE ITAPEBI, visando estender o volume da energia assegurada de 1.721.340 MW/ano para 1.877.268 MW/ano. A Companhia possui assegurados através de contratos de compra e venda mercantil de energia elétrica, os fornecimentos de volumes anuais de energia de 1.721.340 MW/h até o exercício de 2017, e 155.928 MW/ano até o exercício de 2016 para a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. Em 04 de outubro de 2012, a AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL – decidiu registrar a Potência Instalada de 462,011 kW e a Potência Líquida de 460.532 kW da UHE Itapebi, outorgada nos termos do Decreto s/nº de 08 de abril de 1999 e do Contrato de Concessão para Geração de Energia Elétrica nº 37/1999. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 21 de fevereiro de 2014 as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite excluir os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos. A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incidente Fiscal Sudele), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 17).

2.5. Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**
Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis**
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.
- a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros**
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:
 - Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
 - A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos a contar da data da contratação.

2.8. Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9. Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.10. Investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.11. Imobilizado

Registrado a custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens, definida pela ANEEL. Decorrido o prazo de vigência da concessão e de sua eventual prorrogação, os bens e instalações realizados para a geração independente de energia elétrica e vinculados a concessão passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, conforme Contrato de Concessão de Geração Nº 37/99 – ANEEL.

2.12. Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

2.13. Intangível

Compreende o direito de uso do bem público, faixas de serviços permanentes e software de manutenção de sistema.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.14. Taxas Regulatortares

a) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

c) Uso de Bem Público

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada a valor presente a taxa implícita do projeto.

d) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

2.15. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios. Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

2.16. Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.17. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.18. Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.19. Questões Ambientais

A Companhia capitalizou gastos referentes a demandas ambientais durante a fase de construção, consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os "condicionantes ambientais" exigidos pelos órgãos públicos competentes. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente – IMA, esse último na esfera estadual.

Os "condicionantes ambientais" correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

2.20. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado ("CPC 09").

2.21. Reapresentação de cifras comparativas

Os principais ajustes efetuados e os impactos sobre as demonstrações financeiras dos períodos apresentados estão demonstrados a seguir:

(a) Reclassificação de títulos e valores mobiliários do circulante para o não circulante, pois parte do saldo tinha vencimento superior a 360 dias.

31 de dezembro de 2012			
	Como apresentado anteriormente	Ajustes (a)	Reapresentado
Ativo circulante	226.836	(4.579)	222.257
Ativo não circulante	475.676	4.579	480.255
Total do ativo	702.512	-	702.512
Passivo circulante	90.054	-	90.054
Passivo não circulante	213.943	-	213.943
Patrimônio Líquido	398.515	-	398.515
Total do passivo	702.512	-	702.512

2.22. Novos Pronunciamentos Contábeis

2.22.1. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC/IFRS:

Norma	Assunto
CPC 19 (R2)/IFRS 11	"Negócios em Conjunto"
CPC 26 (R1)/IAS 1	"Apresentação das Demonstrações Contábeis"
CPC 33 (R2)/IAS 19	"Benefícios a Empregados"
CPC 36 (R3)/IAS 10	"Demonstrações Consolidadas"
CPC 40 (R1)/IFRS 7	"Instrumentos Financeiros: Evidenciação"
CPC 45/IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades"
CPC 46/IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo"

Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, porém não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS:

Norma	Assunto
IFRIC 21	"Taxas"
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros"

3 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

a) Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4 Caixa e Equivalente De Caixa

	31/12/13	31/12/12
Caixa e Depósitos bancários à vista	137	294
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	21.097
Fundos de investimento	81.265	150.975
	81.265	172.366

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

Outra parte das aplicações financeiras é formada por Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa ao percentual 101%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

5 Contas a Receber de Clientes e Outros

Circulante	Ref.	31/12/13	31/12/12
Comercialização de energia na CCEE	(a)	2.816	-
Partes relacionadas (Nota 22)	(b)	58.945	27.646
Total		61.761	27.646

(a) Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. As transações foram registradas com base nas informações disponibilizadas pela CCEE, e foram recebidos em 09 de janeiro de 2014.

(b) Referem-se substancialmente ao fornecimento de energia elétrica para a COELBA, e foram recebidos em 08 de janeiro de 2014.

O contrato bilateral de compra e venda de energia com a COELBA possui vigência até 15 de abril de 2017, e estabelece o fornecimento anual de energia de 1.721.340 MW/h. A atualização se dá pela variação da IGP-M, adicionado a juros de 1% a.m. e multa de 2%.

De acordo com o contrato de compra e venda de energia do PPA - AHE Itapá, a Companhia possui assegurado o fornecimento de volumes anuais de energia de 155.928 MW/h, junto a COELBA, com vigência até 31 de outubro de 2016. A atualização dá-se pela variação do IGP-M.

6 Títulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/13	31/12/12
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	01/06/2014			
			20/04/2017	CDI	331	4.621
Total					331	4.621

Circulante

	34	42
Não circulante	297	4.579

(a) Correspondente a ativos do Fundo BB Polo, que possuem prazo para resgate acima de 90 dias, sendo o primeiro vencimento em junho de 2014 e o último em abril de 2017.

7 Impostos e Contribuições a Recuperar

Circulante	Ref.	31/12/13	31/12/12
Imposto de renda - IR	(a)	12.991	7.382
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	5.571	7.089
Programa de integração social - PIS	(b)	2.089	7.165
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(b)	2	3
Outros		5	5
Total		20.658	21.644

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Correspondente ao alargamento da base de cálculo – A Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de Liminar, em 21 de julho de 2004, em curso no Tribunal Regional Federal – 1ª. Região, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurido a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, a Companhia, com base na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que a recuperação desses tributos é praticamente certa, e, observando as exigências da Deliberação CVM nº 489, que aprovou a NPC 22 do Conselho Federal da Contabilidade, procedeu, no mês de setembro de 2010 o registro contábil do indébito tributário, que será compensado com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil. A redução do saldo de PIS a recuperar do ano de 2012 para 2013, é proveniente da utilização desse crédito para pagar outros tributos federais.

8 Impostos e Contribuições Sociais Correntes e Diferidos

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Imposto de renda e contribuição social	(a)	1.271	195
Diferido ativo		8.164	7.284
Diferido passivo		(6.893)	(7.089)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	5.518	6.729
Total		6.789	6.924

a) Imposto de renda e contribuição
A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo. Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída à alíquota de 9%.

	Ativo			
	Base de			



A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Avaliação dos impactos da Medida Provisória 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes, especialmente relacionados com juros sobre capital próprio, não relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia. A Administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

b) Benefício fiscal – Ágio incorporado da controladora

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da permissão/autorização.

Tendo em vista que o fundamento econômico do ágio foi a aquisição do direito de autorização delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998, a Companhia mantém o registro contábil (líquido) da provisão entre o valor do ágio e o benefício fiscal respectivo) no ativo.

Em 11 de dezembro de 2006, por meio de reunião do Conselho de Administração e da Assembléia Geral Extraordinária da ITAPEBI realizada em 27 de dezembro de 2006, foi aprovada a conclusão do processo de reestruturação societária a fim de transferir para a ITAPEBI o benefício fiscal do ágio de R\$ 53.477, pago pela NEOENERGIA S.A. na aquisição das ações da ITAPEBI pertencentes à COELBA, em novembro de 2004. Para tanto, em reunião do Conselho de Administração da NEOENERGIA S.A. realizada em 10 de novembro de 2006 foi aprovado aumento de capital na sociedade de propósito específico (SPE) Guaraniãna Participações S.A. integralizado por meio da contribuição com as ações e o ágio referentes ao investimento da NEOENERGIA S.A. na ITAPEBI, na data base de 31 de outubro de 2006. O processo foi concluído com a incorporação pela ITAPEBI de sua então controladora, e respectivamente do ágio e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações contábeis, o valor do ágio, líquido da provisão, que, em essência, representa o benefício fiscal incorporado, foi classificado no balanço patrimonial no ativo não circulante, com base na expectativa de realização do benefício fiscal.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Sociedade apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são de R\$ 5.518 e R\$ 6.729 respectivamente. Este saldo será amortizado até o final do período de concessão.

9 Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei:

	31/12/13	31/12/12
Trabalhistas	1.651	1.267
Cíveis	1.577	1.274
Fiscais	72	4
Total	3.300	2.545

10 Imobilizado

	31/12/13			31/12/12		
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos		10.433	-	10.433	10.433	
Reservatórios, barragens e adutoras	2,3%	286.302	(66.884)	219.418	225.440	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,6%	222.421	(86.127)	136.294	140.694	
Máquinas e equipamentos	4,1%	97.404	(33.762)	63.642	66.776	
Veículos	14,3%	990	(407)	583	307	
Móveis e utensílios	6,3%	596	(340)	256	-	
		618.146	(187.520)	430.626	443.650	
Em curso						
Reservatórios, barragens e adutoras		155	-	155	309	
Edificações, obras civis e benfeitorias		3.075	-	3.075	2.668	
Máquinas e equipamentos		3.788	-	3.788	2.616	
Móveis e utensílios		655	-	655	16	
Outros		2	-	2	-	
		7.675	-	7.675	5.609	
Total		625.821	(187.520)	438.301	449.259	

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	31/12/13			31/12/12		
	Em serviço	Em curso	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2012	606.353	(155.040)	451.313	993	993	452.306
Adições	-	-	-	6.694	6.694	6.694
Baixas	(60)	40	(20)	(16)	(16)	(36)
Depreciação	-	(9.705)	(9.705)	-	-	(9.705)
Transferências	11.696	(9.634)	2.062	(2.062)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	617.989	(174.339)	443.650	5.609	5.609	449.259
Adições	-	-	-	2.687	2.687	-
Baixas	(464)	377	(87)	-	-	(87)
Depreciação	-	(13.558)	(13.558)	-	-	(13.558)
Transferências	621	-	621	(621)	(621)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	618.146	(187.520)	430.626	7.675	7.675	438.301

11 Intangível

Por atividade, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/13			31/12/12		
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3,0%	2.806	(1.298)	1.508	1.578	
Direito de uso de software	20,0%	258	(178)	80	117	
		3.064	(1.476)	1.588	1.695	
Em curso						
Direito de uso de software		965	-	965	1.101	
		965	-	965	1.101	
Total		4.029	(1.476)	2.553	2.796	

Em 28 de maio de 1999, a Companhia (Concessionária) celebrou o contrato de concessão de geração nº 37/99, com o intuito de regular a exploração, pela Concessionária, do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Jequitinhonha, no Município de Itapebi, Estado da Bahia, denominado aproveitamento Hidrelétrico Itapebi, com potência instalada mínima de 450 MW, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto de 08 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 09 de abril de 1999. Como retribuição pela outorga da concessão objeto desse contrato, a Companhia pagará à União, ao longo do prazo de vigência de 35 anos e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 477, do 6º ao 35º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura deste contrato, sendo este montante atualizado anualmente pelo IGP-M.

De acordo com o OCPC 05, para os contratos em que se entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato de concessão (autorização), o ativo intangível é inicialmente (no termo de posse) mensurado pelo custo. No caso de outorga fixa, o custo correspondente aos valores já despendidos e a depender do futuro devem ser reconhecidos a valor presente, conforme dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em se tratando de outorga variável, por exemplo, com base na receita do período, seu montante deve ser registrado como despesa do período concomitantemente à receita que o tenha originado.

Assim a Companhia contabilizou os registros do direito de uso de bem público, os quais foram descontados ao custo médio ponderado de capital ("Weighted Average Cost Of Capital – WACC") na data de início da concessão. O ativo intangível vem sendo amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto mais a inflação do período, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 12.710 (R\$ 12.250 em 31 de dezembro de 2011).

12 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	31/12/13		31/12/12	
	Circulante	31/12/12	Circulante	31/12/12
Energia elétrica:	1.472	5.817		
Terceiros	962	5.388		
Partes relacionadas (Nota 22)	510	429		
Encargos de uso da rede	2.418	3.371		
Terceiros	2.412	3.367		
Partes relacionadas (Nota 22)	6	4		
Materiais e serviços	4.545	4.884		
Terceiros	3.837	4.474		
Partes relacionadas (Nota 22)	708	410		
Total	8.435	14.072		
Circulante	8.435	14.072		

13 Debêntures e Encargos

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Encargos		31/12/13		31/12/12	
					Circulante	Principal	Circulante	Principal	Total	Total
3ª Emissão	3a.	20.000	111% CDI a.a.	111% CDI	3.961	200.000	203.961	202.833		
(-) Custos de transação					(158)	(202)	(360)	(520)		
					3.803	199.798	203.601	202.313		
Total					3.803	199.798	203.601	202.313		

Em 20 de abril de 2011 a Companhia concluiu a operação de captação de recursos no mercado nacional por meio da 3ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 200.000 mil, com prazo de 6 anos sendo 4 anos de carência para amortização do principal, e juros pagos semestralmente com custo de 111% do CDI. Foram emitidas 20.000 debêntures simples, não conversíveis em ações. Os recursos serão destinados para a melhoria do perfil de dívida da Companhia.

A 3ª emissão de debêntures é destinada exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

As debêntures foram registradas (i) para distribuição no mercado primário através do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, e (ii) para negociação em mercado secundário através do SND – Módulo Nacional de Debêntures, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP.

Os recursos captados através da 3ª emissão de debêntures serão destinados ao ajuste do perfil de dívidas da Companhia.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/13			31/12/12		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2014	-	-	-	-	(158)	(158)
2015	80.000	(81)	79.919	80.000	(127)	79.873
2016	80.000	(81)	79.919	80.000	(65)	79.935
2017	40.000	(40)	39.960	40.000	(10)	39.990
Total	200.000	(202)	199.798	200.000	(360)	199.640

A mutação das debêntures, as quais estão denominadas em moeda nacional, é a seguinte:

	Moeda nacional	
	Passivo circulante	Não circulante
Saldos em 01 de janeiro de 2012	4.462	199.480
Encargos	18.401	-
Amortizações e pagamentos de juros	(20.190)	-
(-) Custos de transação	-	160
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.673	199.640
Encargos	17.544	-
Amortizações e pagamentos de juros	(16.414)	-
(-) Custos de transação	-	158
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.803	199.798

Condições restritivas financeiras (covenants)

Conforme Escritura da 3ª emissão de debêntures simples temos cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos, como segue:

- 3ª Emissão de debêntures Simples - Relação dívida Líquida/EBTIDA menor que 3,0 (três) e Relação EBTIDA/Resultado Financeiro maior que 2 (dois).

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Para a operação acima foi dada em garantia aval/finança da Neoenergia.

14 Salários e Encargos a Pagar

	31/12/13		31/12/12	
	Encargos sociais	Provisões férias	Provisão PLR	Total
	544	256	1.171	725
	1.301	1.800	3.016	2.781

15 Taxas Regulamentares

	31/12/13	31/12/12
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	236	208
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.981	3.449
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	74	78
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.704	1.481
Ministério de Minas e Energia -MME	118	105
Total	4.113	5.321
Circulante	2.133	3.170
Não circulante	1.980	2.151

16 Impostos e Contribuições a Recolher

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Imposto de Renda - IR	(a)	48.353	12.520
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL		17.410	17.145
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		47	102
Programa de Integração Social - PIS		238	354
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.097	1.632
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		332	304
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS		42	52
Impostos e contribuições retidos na fonte - IRRF		561	243
Outros		-	10
Total		68.080	32.362

(a) O aumento no saldo de IR a pagar, deve-se principalmente pela Companhia não ter usufruído do benefício de incentivo fiscal de redução do IRPJ dado pela SUDENE, tendo em vista que o mesmo terminou no ano-calendário de 2012 (Nota 19).

17 Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Imposto de Renda - IR	(a)	48.353	12.520
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL		17.410	17.145
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		47	102
Programa de Integração Social - PIS		238	354
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.097	1.632
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		332	304
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS		42	52
Impostos e contribuições retidos na fonte - IRRF		561	243
Outros		-	10
Total		68.080	32.362

(a) O aumento no saldo de IR a pagar, deve-se principalmente pela Companhia não ter usufruído do benefício de incentivo fiscal de redução do IRPJ dado pela SUDENE, tendo em vista que o mesmo terminou no ano-calendário de 2012 (Nota 19).

18 Provisões Passivas

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais
Saldos em 01 de janeiro de 2012	1.949	214	-	10.630
Constituição	596	486	6	86
Baixas/reversão	(654)	(543)	-	(390)
Atualização	477	21	2	33
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.368	178	8	10.359
Constituição	804	77	-	259
B				

21 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Ref.	31/12/13		31/12/12	
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(3.725)	(14.435)	(18.160)	(15.166)
Administradores	-	(82)	(82)	(555)
Entidade de previdência privada	4	(772)	(768)	(782)
Material	(343)	(154)	(497)	(551)
Serviços de terceiros	(5.813)	(6.755)	(12.568)	(9.486)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	(888)	-	(888)	(936)
Compensação Financeira	-	-	-	-
Recursos Hídricos - CFRH	(3.930)	-	(3.930)	(5.777)
Energia elétrica comprada para revenda	(30.508)	-	(30.508)	(13.941)
Encargos de uso de rede	(28.214)	-	(28.214)	(33.410)
Depreciação e amortização	(13.294)	(369)	(13.663)	(9.834)
Arrendamentos e alugueis	(103)	(1.274)	(1.377)	(1.559)
Tributos	(103)	(294)	(397)	(210)
Provisões líquidas - contingências	-	(315)	(315)	(112)
Outros ganho/perdas/alienação/cancelamento/desativação	-	27	27	-
Custos	(1.033)	(766)	(1.799)	(1.862)
Outros	-	-	-	-
Total custos/despesas	(87.950)	(25.189)	(113.139)	(94.181)

(a) Custo e despesa de pessoal

	31/12/13	31/12/12
Remunerações	(7.320)	(6.400)
Encargos sociais	(3.264)	(2.515)
Auxílio-alimentação	(809)	(634)
Convênio assistencial e outros benefícios	(2.725)	(1.523)
Rescisões	(62)	(16)
Férias e 13º salário	(2.192)	(1.401)
Plano de saúde	(1.009)	(962)
Participação nos resultados	(779)	(1.715)
Total	(18.160)	(15.166)

22 Resultado Financeiro

	31/12/13	31/12/12
Receita Financeira		
Renda de aplicações financeiras	15.436	12.844
Varição monetária	247	634
Despesa Financeira		
Encargos de dívida	(17.543)	(18.399)
Varição monetária	(1.072)	(439)
Outras despesas financeiras	(3.626)	(2.901)
Resultado Financeiro	(22.241)	(21.739)
	(6.558)	(8.261)

23 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	31/12/13		31/12/12	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
COELBA	(a)	Energia fornecida	58.944	-	344.831	27.646
		Reembolso de despesa	-	13	(263)	-
			58.944	13	344.568	27.646
COSEVN		Debêntures - Aplicação/Emissão	9	1.004	-	61
			9	1.004	-	61
TERMOPERNAMBUCO		Reembolso de despesa	-	-	-	1.180
		Outros	24	-	-	-
			24	-	-	1.180
GERAÇÃO CIII	(f)	Reembolso de despesa	1.951	-	-	1.951
			1.951	-	-	1.951
NC ENERGIA	(b)	Energia comprada	-	510	(12.722)	-
		Reembolso de despesa	1.236	-	-	1.236
			1.236	510	(12.722)	1.236
BAGUARI I	(f)	Reembolso de despesa	1.932	-	-	1.932
			1.932	-	-	1.932
BAHIA PCH I	(f)	Reembolso de despesa	-	-	-	1.305
			-	-	-	1.305
BAHIA PCH II	(f)	Reembolso de despesa	520	-	-	520
			520	-	-	520
RIO PCH I	(f)	Reembolso de despesa	-	-	-	1.298
			-	-	-	1.298
GOIAS SUL	(f)	Reembolso de despesa	2.127	-	-	2.127
			2.127	-	-	2.127
GERAÇÃO CÉU AZUL		Debêntures - Aplicação/Emissão	-	5	-	-
			-	5	-	-
SE NARANDEIRA		Uso da Rede	1	(7)	-	-
			1	(7)	-	(10)
PCH ALTO DO RIO GRANDE	(f)	Reembolso de despesa	495	-	-	495
			495	-	-	495
AFLUENTE GERAÇÃO		Debêntures - Aplicação/Emissão	-	-	-	1
			-	-	-	1
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(c)	Uso da Rede	-	5	(72)	-
		Prestação de serviço	-	-	(149)	75
			-	5	(221)	79
Neoenergia O & M	(e)	Prestação de serviço	-	104	1.038	-
			-	104	1.038	-
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Juros sobre capital próprio	-	240	-	3.728
			-	240	-	3.728
Neoenergia S.A.		Prestação de serviço	-	-	(780)	70
		Juros sobre capital próprio	-	616	-	9.548
		Aluguel/comodato	-	70	-	-
			-	686	(780)	9.618
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Juros sobre capital próprio	-	237	-	3.671
			-	237	-	3.671
Iberdrola Energia S.A.		Prestação de serviço	-	604	(604)	265
		Juros sobre capital próprio	-	281	-	4.367
			-	885	(604)	4.632

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Itapebi Geração de Energia S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2013, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2014

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente
 José Maurício Pereira Coelho
 Mário José-Ruiz Tagle Larrain (suplente)
 Solange Maria Pinto Ribeiro

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

Alejandro Roman Arroyo
Diretor-Presidente
 Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
 José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor de Regulação
 Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas
 Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta
Diretora de Planejamento e Controle

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Itapebi Geração de Energia S.A.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2014

Alejandro Roman Arroyo
Diretor-Presidente
 Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas
 Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta
Diretora de Planejamento e Controle
 José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor de Regulação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Itapebi Geração de Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Itapebi Geração de Energia S.A. ("Itapebi" ou "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
 A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:
 a) COELBA – Contratos bilaterais nº. 4600007239 e 4600010159, de compra e venda de energia elétrica, com vigência até 15 de abril de 2017 e novembro de 2016, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGP-M.
 b) NC Energia – Contrato de compra e venda de energia elétrica, corrigido pela variação do IGP-M, juros de 1% a.a. e multa de 2%.

c) Afluente Transmissão – Uso de rede – Contrato de prestação de serviços de transmissão, entre Coelba, Afluente e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico.
 d) Afluente Transmissão – O valor demonstrado no passivo refere-se basicamente ao contrato de prestação de serviços de manutenção para ITAPEBI.
 e) Neoenergia O & M – Refere-se ao serviço de Operação e Manutenção da UHE Itapebi;
 f) Refere-se ao pessoal alocado nos projetos pagos pela ITAPEBI.

A remuneração total dos administradores para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 237 (R\$ 523 em 31 de dezembro de 2012), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

24 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo. Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento. A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital. Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Representam seus riscos através de uma gestão de controles internos para resgate acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures.

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
 • Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis a já apresentadas que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação. Para o direito de uso de bem público, o custo correspondente aos valores já despendidos e a despesar no futuro foram reconhecidos a valor presente e descontados ao custo médio ponderado de capital ("Weighted Average Cost Of Capital – WACC") na data de início da concessão. O passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto mais a inflação do período.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos no item 3.1.3 desta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto na CPC 38:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante/Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	61.761	61.761	27.646	27.646
Contas a receber de clientes e outros	61.761	61.761	27.646	27.646
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	81.593	81.593	176.987	176.987
Caixa e equivalentes de caixa	81.262	81.262	172.366	172.366
Títulos e valores mobiliários	331	331	4.621	4.621
Passivo financeiros (Circulante/Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	212.036	213.043	216.385	219.794
Fornecedores	8.435	8.435	14.072	14.072
Debêntures *	203.601	204.608	202.313	205.722

(* O valor de mercado é meramente informativo.

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação, conforme previsto na CPC 40:

Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado; e
 Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
 Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

Ativos	31/12/2013		Total
	Nível 1	Nível 2	
Ativos financeiros			
Mantidos para negociação			
Caixa e equivalentes de caixa	137	81.125	81.262
Títulos e valores mobiliários	331	-	331
	468	81.125	81.593

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
- Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. As debêntures emitidas pela Companhia são atreladas ao CDI, que é considerada a taxa de juros do mercado. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como debêntures atreladas ao CDI. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,05%	81.456	6.614	4.961	3.307
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dividas em CDI	CDI	Alta do CDI	8,05%	202.313	(18.085)	(22.606)	(27.128)

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

Risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a